

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO: A CONSTRUÇÃO E A TRAJETÓRIA DE UM CAMPO DISCIPLINAR (1940-1980)

Maria Betânia Barbosa Albuquerque - UEPA.

Eixo Temático nº 2 - História da profissão docente e das instituições escolares.

Na trajetória da disciplina Filosofia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), entre as décadas 40 e 80, pode-se verificar a predominância de dois momentos fundamentais. O primeiro deles coincide com o processo de criação da Universidade Católica, na década de 40, em São Paulo, como parte de uma estratégia de reestruturação do catolicismo em âmbito nacional e internacional e se estende até, aproximadamente, a metade dos anos 60.

Emergente desde a década de 1920, o movimento de socialização cristã da sociedade brasileira - no qual a criação da PUC era elemento importante - teve como uma de suas justificativas a crise de domínio da Igreja Católica, travestida de crise moral, em função do avanço crescente de instituições laicas - geralmente identificadas como atéias. Na perspectiva da Igreja, tais instituições (como foi o caso da Universidade do Distrito Federal, por exemplo), contribuíam para solapar a implantação dos ideais cristãos na sociedade.

O pavor da Igreja Católica diante dos sistemas públicos e estatais de ensino e do surgimento de universidades públicas imbuídas de ideais laicos e democráticos, a fez investir pesadamente na criação de sua própria universidade. De acordo com seu projeto, a veiculação da espiritualidade católica teria como meio fundamental o sistema educacional, especialmente o ensino superior, onde se formaria uma elite devidamente aparelhada científica e moralmente para dirigir o país à luz dos mais elevados ideais cristãos.

Dentro desse contexto, no interior do curso de Pedagogia das antigas instituições que compunham a PUC-SP (A Faculdade *Sedes Sapientiae* e a Faculdade São Bento), a Filosofia da Educação foi chamada a dar uma contribuição significativa. Tendo surgido como disciplina em meio à suposta crise do mundo moderno, conforme o diagnóstico da Igreja à época, ela foi compreendida como um saber que tinha por função contribuir para a construção de um ideal elevado para a educação, definindo quais os fins e os valores a serem transmitidos. Entre os principais atores que faziam parte de sua história, nesse

primeiro momento, destacam-se os nomes de Leonardo Van Acker e Maria Izabel Pitombo na Faculdade São Bento e Dom Geraldo de Proença Sigaud na Faculdade *Sedes Sapientiae*.

A produção intelectual dos teóricos da Filosofia da Educação entre os anos 40 e 50 pautou-se, em geral, nas idéias de São Tomás de Aquino ou de outras autoridades da Igreja Católica. A força dessa geração foi notável, considerando-se o poder que tiveram na produção e circulação de idéias, em abundância disseminadas nas revistas da época (A Ordem, Revista Brasileira de Pedagogia...) e nos manuais de Filosofia da Educação endereçados aos cursos de formação de professores; todos de marca cristã.¹

O papel que teve a Filosofia da Educação no curso de Pedagogia da PUC-SP, nesse momento, foi bastante amplo, daí muitas vezes ela ser referida como *cosmovisão da educação* ou *mundividência pedagógica*. Entretanto, a Filosofia da Educação não apenas tinha uma responsabilidade como disciplina interna a esse curso – que era a de definir os fins da educação e determinar o lugar próprio de cada ciência pedagógica – como também era responsável pelo tipo de sociedade que seria construída a partir dela. Extrapolando o domínio do meramente epistemológico, sua função era, portanto, essencialmente ética e doutrinária.

Na faculdade *Sedes Sapientiae*, muito mais que na São Bento, a análise dos programas e das obras do catedrático, o padre dom Geraldo de Proença Sigaud, mostrou que o aspecto teológico-doutrinário predominou sobre o filosófico. A disciplina estava bem mais próxima de uma teologia da educação em seu afã de irradiação apostólica, do que dos aspectos filosóficos da educação, mesmo estes sendo aristotélico-tomistas.

Na São Bento, por sua vez, algumas nuances. Apesar da apologia que fazia da Igreja Católica, a formação intelectual de Leonardo Van Acker, haurida nos anos que passou em Louvain, na Bélgica, deixa entrever a influência neotomista no que tange a uma relativa abertura para com outras formas de ver o mundo, outras filosofias, especialmente a filosofia contemporânea. Van Acker foi um estudioso do filósofo contemporâneo Henri

¹ Eis o exemplo de alguns livros de Filosofia da Educação que o mercado editorial ofertou no período em tela: BELO, Rui de Aires. *Filosofia e Pedagógica*: para as cadeiras de curso pedagógico do instituto de educação do Brasil. Série Didática do Brasil, 1956; DE HOVRE, Frans. *Pedagogos y pedagogia del catolicismo*. Madrid, 1948; DE HOVRE, Frans. *Ensaio de filosofia pedagógica*. Série Atualidades Pedagógicas. SP: Nacional, 1969; LIMA, A. Amoroso. *Humanismo pedagógico*: estudos de filosofia da educação. Col. Presença. vol. XI. RJ: Stella editora, 1944; MARITAIN, Jacques. *Rumos da educação*. Trad.: Inês Fortes de Oliveira. RJ: Agir, 1947; REDDEN, John D. e RYAN, Francis A. *Filosofia da Educação*. 2ª ed. RJ: Agir, 1961; SANTOS, Teobaldo M. *Filosofia da educação*: os grandes problemas da pedagogia moderna RJ: Boffoni, 1942; SANTOS, Teobaldo M. *Noções de Filosofia da Educação*. RJ: Companhia Editora Nacional, 1947; SIQUEIRA, Antônio A. de. *Filosofia da Educação*: subsídios para um curso. Petrópolis: Vozes, 1942.

Bergson e um crítico voraz do Pragmatismo de J. Dewey. Entretanto, sua abertura ao diálogo tinha limites explícitos. Ela se estendia até o momento em que a filosofia tomista não fosse contrariada.

Já Maria Isabel Pitombo, embora discípula de Leonardo Van Acker, parece ter herdado dele mais o aspecto doutrinário de sua formação. A contar pelas idéias que defendeu em seu livro: *Conhecimento, valor e educação em J. Dewey*, (Ed. Pioneira, 1974) a Filosofia da Educação que ensinou pareceu mais ir ao encontro dos pressupostos religiosos de uma educação cristã, do que propriamente da filosofia de inspiração neotomista.

A defesa dos ideais católicos de educação contra os pressupostos considerados ateus e modernizantes da Escola Nova constituiu-se, ao longo dos anos 40 e 50, na principal polêmica travada pelos intelectuais da Filosofia da Educação. A depender do resultado dessas disputas, foi selado o destino da Filosofia da Educação. Nesse aspecto, Lucíola Santos (1990) tem razão quando afirma que a proposta curricular de uma disciplina, em determinada época, é resultado da hegemonia de uma dada posição em seu interior.

Pelo menos no que tange ao ensino superior católico, a perspectiva vitoriosa foi a tomista. Foi nela que se inspiraram os intelectuais, os programas e a bibliografia que conformaram uma determinada identidade à Filosofia da Educação; uma identidade filosófico-teológica. Portanto, só é possível falar em um projeto filosófico-educacional, nas décadas de 40 e 50 e primeira metade dos anos 60 do século XX, no curso de Pedagogia da PUC-SP, tomando como referência a influência marcante que teve a filosofia tomista no interior dessa instituição. Foi em seu entorno que a Filosofia da Educação construiu uma identidade disciplinar de modo claro e atuante. Foi também em seu entorno que se juntou uma geração de educadores, a maioria homens, para fazer valer uma concepção de ciência, de filosofia e de filosofia da educação.

Contudo, se nesse primeiro momento da trajetória da Filosofia da Educação ela possuía uma identidade, cujos contornos foram estabelecidos pela filosofia tomista, no segundo momento, isto é, nas décadas de 70 e 80, a disciplina passou por um processo de transformação adquirindo uma outra identidade, a princípio, vinculada a uma abordagem mais na linha de uma antropologia da existência; depois, a uma perspectiva progressista, identificada com o marxismo.

O novo discurso foi possível em função das transformações estruturais por que passaram tanto a Igreja Católica, em Roma e no Brasil, quanto à sociedade brasileira como

Excluído: assumido

um todo, desejosa de alteração do quadro de subdesenvolvimento em que se encontrava. Desse modo, no mesmo movimento em que a Igreja Católica se esquerdizou inserindo-se no campo social, o campo educacional, a PUC-SP e, dentro dela, a disciplina Filosofia da Educação, alteraram suas bases de sustentação e construíram alternativas de ação consideradas mais progressistas. Nesse momento, as reflexões filosóficas oriundas do personalismo e da fenomenologia, ao colocarem o homem como sujeito histórico, para além de uma simples essência a ser atualizada, se constituíram numa revolução, além de um antídoto ao anti-humanismo que reinou durante o período ditatorial.

O percurso que foi do tomismo ao marxismo, a despeito das diferenças que os separam como filosofias, não se fez, todavia, de modo traumático, como se poderia supor. A formação humanista do primeiro grupo de professores que atuou na disciplina, na década de 70, garantiu essa passagem de modo relativamente ameno. É bastante provável que a presença de Paulo Freire nos programas de Filosofia da Educação, no curso de graduação em Pedagogia da PUC-SP, pode ter sido um dos fatores a mediar uma determinada leitura de Marx misturada a ingredientes pautados numa ética cristã de modo que, por entre caminhos diversos, o espiritual se fazia presente, no caso “A Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire é um indício.

Assim a formação inicial de alguns dos primeiros professores de Filosofia da Educação, na década de 70, induziu a uma proposta curricular da disciplina em base humanista, no sentido de uma antropologia da existência. Isso pôde ser evidenciado basicamente pela análise dos objetivos, dos conteúdos e da bibliografia dos programas de ensino⁽²⁾

A disciplina Filosofia da Educação foi construindo sua identidade como saber propenso à promoção do homem, à sua libertação das condições de subdesenvolvimento e ignorância em que se encontrava. Tal discurso teve como sustentação a própria situação histórica vivida pela sociedade brasileira que, em meio a uma crise econômico-social, buscava alternativas de superação do seu subdesenvolvimento através da luta por reformas de base. Em todo caso, tratava-se também da busca pelo fim que caracterizou, por

² A bibliografia citada, por sua vez, está intimamente relacionada ao conteúdo de cunho existencial, a exemplo: Martin Buber, *Eu e Tu* (Ed. Moraes); Paulo Freire, *O Papel da educação na humanização* (Ed. Paz e Terra); Candide Moix, *O pensamento de Emmanuel Mounier* (Ed. Paz e Terra); Emmanuel Mounier, *O personalismo* (Ed. Moraes); Paul Roubickek, *El Existencialismo* (Ed. Nueva Colecciona); Jean-Paul Sartre, *O existencialismo é um humanismo* (Ed. Editorial Presença). Retirada literalmente dos programas, estas referências não estão, contudo, completas.

exemplo, a propensão da Filosofia da Educação de Leonardo Van Acker. Apenas que os fins não eram mais os mesmos.

Dentro da distinta compreensão que tinha o saber filosófico nos dois momentos da Filosofia da Educação aqui analisados, há algo nessa compreensão que sugere um contínuo. Trata-se da importância sobrelevada que foi atribuída à Filosofia da Educação, ora na definição dos altos princípios ético-espirituais ora na suposta transformação da sociedade. Assim, embora a Filosofia da Educação tivesse mudado de contornos em direção a uma perspectiva vinculada ao materialismo histórico-dialético, ainda assim o marxismo parece ter sido mesclado a um elemento utópico com traços cristãos.

Desse modo, se na sua primeira fase a Filosofia da Educação teve um papel fundamental na conformação de uma sociedade que se pretendia regida por valores ético-cristãos, da mesma forma, quando as contradições sociais, políticas, econômicas e culturais foram exacerbadas na sociedade brasileira, a partir da década de 60, ela novamente teve um papel sobrelevado. Ela não apenas recebeu as influências da mentalidade e do movimento oposicionista que se insurgiu na academia, em meados da década de 70, especialmente no espaço da pós-graduação, como ancorou toda a discussão sobre as possibilidades de uma teoria progressista da educação a servir de fundamento à prática dos educadores, com vista ao horizonte utópico da transformação da sociedade. Isso pôde ser constatado pelos objetivos dos programas de ensino, pelos conteúdos e bibliografia selecionados, bem como pelas temáticas presentes nas discussões travadas nas Conferências de Educação na década de 1980.

O perfil da Filosofia da Educação nas décadas de 70 e 80 – configurado na sua vocação de saber utópico – permitiu pensar que essa disciplina, talvez mais que as outras disciplinas pedagógicas, acreditava na sua capacidade de transformação do homem e da sociedade. Nessa direção, o domínio da cultura foi entendido como elemento fundamental porque potencializador da transformação projetada. Pela cultura, no sentido de saber e de conhecimento, os alunos poderiam elevar-se da sua situação de alienação em direção a uma visão crítica do mundo e sua posterior transformação.

Inquirindo o campo educacional, Silva (1996, p. 237) pergunta se haverá algum outro lugar onde “o papel da intelectual (professora ou acadêmica) seja tão enfatizado (...) em que a mudança (do educando, da escola, da sociedade) seja tão ardentemente buscada.” Na esteira dessas indagações, a análise dos programas de Filosofia da Educação, sobretudo da década de 80, permitiu suspeitar que, dentro daquele campo, talvez nenhuma disciplina pedagógica tenha incorporado tão enfaticamente a tradição iluminista da cultura como

fonte do progresso do que a Filosofia da Educação, no seu projeto de conscientização dos alunos em direção à transformação social.

No interior desse projeto, o professor assumia um papel central, posto que cabia a ele a tarefa de desvelar a realidade encoberta pela ideologia, desenvolver a consciência crítica dos alunos, além da tarefa de desvendar os pressupostos subjacentes às concepções de educação para revelar suas contradições e ambigüidades.

Vale ressaltar pelo menos dois deslocamentos importantes entre o primeiro e o segundo momento da disciplina Filosofia da Educação. Com Leonardo Van Acker, ela tendeu a privilegiar o elemento puramente filosófico. O espírito crítico, segundo ele, se daria a partir de uma cultura geral adquirida através das humanidades clássicas. A partir da década de 70, essa disciplina voltou-se mais para o campo da educação, momento em que obteve uma configuração mais específica da sua área através de uma concepção de Filosofia da Educação como reflexão dos problemas da realidade educacional. O espírito crítico não mais seria adquirido pelo estudo das humanidades, mas pelo conhecimento da realidade brasileira à luz de um referencial filosófico: o dialético. A partir desse momento surgiu, no contexto dos cursos de pós-graduação, uma produção especificamente voltada para o âmbito filosófico-educacional.

Do ponto de vista das continuidades, a geração de professores de Filosofia da Educação, das décadas de 70 e 80, embora operando um apagamento em relação aos autores e obras da década de 40, vivificam essa memória através da recorrência à temática dos fins e valores da educação em seus programas de ensino. Nesse sentido, a questão dos fins da educação que marcou o debate, na década de 40, talvez constitua o principal traço de continuidade encontrado na Filosofia da Educação entre essa década e a de 1980.

Finalmente, vale registrar a partir da análise dos programas de Filosofia da Educação, na década de 70 e 80, sobretudo, a penetração de uma série de livros sob a inspiração da concepção dialética da educação que endossaram a bibliografia dos mesmos⁽³⁾. Também os trabalhos de mestrado e doutorado que sinalizaram a entrada do viés marxista na Filosofia da Educação ancorados, sobretudo, no programa de estudos pós-graduados em Filosofia da Educação da PUC/SP.

³ Alguns exemplos dessa bibliografia: CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. S.P: Brasiliense, 1980. SEVERINO, Antônio J. *Educação, ideologia e contra-Ideologia*. S.P: EPU, 1986; CURY, Carlos R. J. *Ideologia e educação brasileira*. S.P: Cortez, 1978. CURY, Carlos R. J. *Educação e contradição*. S.P: Cortez, 1985; GADOTTI, Moacir. *Educação e Poder: Introdução à pedagogia do Conflito*. S.P: Cortez, 1980; GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: Um estudo introdutório*. S.P: Cortez, 1983.

Entretanto, a fertilidade desse momento da produção educacional inspirada em Marx teve, segundo Yamamoto, seu ocaso nos anos 80. Este autor, que investigou a produção marxista no Brasil nos anos 70 e 80, informa que “nesses vinte anos, a produção emerge, alcança o seu apogeu no bojo do processo de mobilização oposicionista, enformado e hegemonizado pelo paradigma marxista e entra em declínio” (YAMAMOTO 1994, p. 173).

Yamamoto (1994) relaciona o declínio da produção marxista com o que convencionalmente se tem chamado de crise do marxismo (KONDER, 1992). Desse modo, se a filosofia marxista – que serviu de fundamento à disciplina Filosofia da Educação nos anos 80 – entrou em crise, observa-se, a partir de então, uma certa orfandade ideológica e uma dificuldade em reestruturar nova identidade.

O debate sobre a necessidade de construção de uma identidade à área atravessou as discussões travadas no Grupo de Trabalho em Filosofia da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), na década de 1990, porém sem lograr modificações substanciais na forma de se fazer/pensar a Filosofia da Educação para além de uma determinada filosofia a lhe servir de norte e fundamento. (Cf. ALBUQUERQUE, OLIVEIRA E SANTIAGO, 2006).

Considerações Finais

O atrelamento da Filosofia da Educação a uma concepção filosófica dominante – seja a tomista, a fenomenológica ou a marxista – foi evidente em sua trajetória. Essa situação resvala em certa reificação do conhecimento filosófico a medida em que esquece que as teorias, mesmo aquelas consideradas como as mais adequadas, são construções históricas e, com tal, não permanecem imunes à passagem do tempo.

Assim, quando a Filosofia da Educação – através de uma visão de mundo pautada, por exemplo, numa concepção dialética da educação – colocou em questionamento a perspectiva tomista dominante, ela suplantou essa orientação em função de fatores de ordem externa (ligados à emergência de um outro contexto político e cultural) e interna (novos professores, novo currículo...), passando aquela visão a ser considerada como obsoleta.

Nesse quadro, o marxismo apresentou-se como superação erigindo-se como o fundamento legítimo, a partir do qual se poderia falar da educação. Foi ao seu entorno que uma outra identidade foi construída para a disciplina Filosofia da Educação. Quais teriam sido, então, os efeitos dessa abordagem na formação dos professores? O que ela

inviabilizou ao promover esse discurso? O que foi reprimido, suprimido ou ignorado quando esse discurso se fez hegemônico? São perguntas que a disciplina Filosofia da Educação precisaria colocar em questão, posto que nenhuma teoria, nem mesmo as consideradas mais críticas, estão absolvidas de envolvimento em relações de poder e regulação.

Finalmente, uma revisão crítica interna da disciplina – de como trata os problemas, os autores, dos seus modos de raciocínio, seus *habitus*, das categorizações estabelecidas, dos sistemas de idéias que a constroem – praticamente não tem sido realizada. Isso porque, para alguns intelectuais, pensar a situação interna da área, o seu objeto, o seu ensino, não parece importante⁽⁴⁾.

Essa situação induz a pensar acerca de uma outra possibilidade de produção e atuação no campo da Filosofia da Educação, qual seja: a criação de espaços de discussões sobre suas trilhas e seus temas; A garantia, nesse âmbito, de uma reflexão acerca de sua própria condição, viabilizando uma dimensão tão cara à Filosofia – a epistemológica.

Além disso, se pensarmos com Bourdieu (1983, p. 89) que um campo se define, entre outras coisas, “pela definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos...”, caberia indagar: quais as questões que estão hoje a demandar uma reflexão filosófico-educacional? Ou, como pergunta Rios (2001, p. 46): “o que provoca nosso espanto, hoje?” Com essas perguntas, ratifica-se a idéia de que “a força de uma disciplina científica se mede mais pelos problemas que coloca e pelas questões que suscita do que pelas respostas que proporciona” (SAVIANI, 1999).

⁴ Cf. a propósito o capítulo 4 da tese de Albuquerque (2002).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. **Trilhas e temas da disciplina Filosofia da Educação a partir da PUC/SP**. Tese de Doutorado, Estudos pós-graduados em Educação: história, política e sociedade, PUC/SP, 2002.
- ALBUQUERQUE, OLIVEIRA E SANTIAGO. **Filosofia da Educação**: produção intelectual, identidade e ensino a partir da ANPEd. Belém: Eduepa, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, Lucíola. L de C P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n° 2, pp. 21-29, 1990.
- SAVIANI, Dermeval. Sobre a especificidade do objeto da história da educação. **Boletim 'história, sociedade e educação'**, n° 01, ano 01, maio de 1999. HISTEDBR. Disponível em <<http://www.fae.unicamp.br/dermeval>>. (acesso em 26 jul. 2002).
- SILVA, Tomaz Tadeu da. O adeus às metanarrativas educacionais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidades terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996.
- YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Educação e a tradição marxista**: a produção educacional marxista no Brasil dos anos 70/80. Tese de doutorado, Programa de Educação: didática, Faculdade de Educação, USP/SP, 1994.